



**Universidade de Brasília
Instituto de Letras
Departamento de Teoria Literária e Literaturas
Monografia em Literatura**

A função social da literatura: fonte literária de representação, compreensão e análise da realidade.

Alice Gomes Barreto Sallas

Brasília
2022

Alice Gomes Barreto Sallas 1700045030

A função social da literatura: fonte literária de representação, compreensão e análise da realidade.

Monografia apresentada ao Curso de Letras Português e respectivas Literaturas, da Universidade Brasília, como requisito para obtenção do título de licenciatura em Português, sob orientação da Profa. Dra. Cíntia Schwantes.

Brasília
2022

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado ao meu irmão, Artur, que sempre me incentivou e acreditou no meu potencial e à minha irmã, Ayla, por ser luz na minha vida e preencher o meu coração com tantos momentos de alegria.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus, meu amigo incondicional e minha maior força nos momentos difíceis.

Aos meus pais, Edjane e Dilson, e ao meu tio, Paulo, que sempre estiveram ao meu lado e me ensinaram valores importantes para toda a vida.

Aos meus queridos avós, Lourdes, Eliza e Jorge, minhas inspirações de vida e fonte inesgotável de amor.

Às minhas amigas, Brunna Fernanda e Vitória Lúcia, por todo o companheirismo e incentivo ao longo do curso.

À minha orientadora, Profa. Dra. Cíntia Schwantes, por aceitar conduzir o meu trabalho.

Ao meu Leandro, pelo apoio e pelas sugestões sempre pertinentes.

A mim mesma, por nunca desistir.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a função social da literatura como fenômeno sociocultural que através da escrita, seja atentando-se a fatos reais ou a partir de fabulações, contribui para o pensamento social exercendo um significativo impacto e influência no desenvolvimento humano. Partindo desse pressuposto, foram analisadas fontes literárias para exemplificar a ficção narrativa e o seu contraste com a realidade através de sua utilização como manifestação social, expondo problemas pertinentes existentes na sociedade. Foi realizado um paralelo entre a ficção distópica e a ficção utópica no intuito de demonstrar representações, compreensões e análises da realidade. O conceito da Escrivência, criado pela autora Conceição Evaristo, também foi utilizado no intuito de embasar a exposta função social da literatura como fenômeno sociocultural. Para tanto, tivemos como aparato teórico autores que utilizam suas próprias experiências nas obras ou na coleta de dados, relatos e afins, objetivando criar narrativas que possibilitem a discussão e conscientização dessas questões sociais.

Palavras-chaves: Literatura, ficção, realidade, sociedade.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the social function of literature as a sociocultural phenomenon that through writing, paying attention to significant facts or from real fables, contributes to social thinking exerting an impact and influence on human development. Starting from this society, exposing the problems of literary sources to exemplify narrative fiction and its contrast with the social manifestation, exposing its reality of its relevance existing in the. A parallel was made between dystopian fiction and utopian fiction in representations, understandings and attempts to demonstrate reality. The concept of Writing, created by the author Conceição Evaristo, was also used in order to support the social function of literature as a sociocultural phenomenon. To this end, thought as thought for authors who use their own data collection, objectives and the like, aiming at the possibilities of awareness and social awareness.

Keywords: Literature, fiction, reality, society.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
FORMAS LITERÁRIAS E A REALIDADE	9
FICÇÃO UTÓPICA E DISTÓPICA	18
ESCREVIVÊNCIA	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32

INTRODUÇÃO

A linha tênue existente entre realidade e ficção em textos literários costuma ser muito difícil de detectar, dado que algumas obras de ficção apresentam situações e temas de presença comum no cotidiano. É próprio do discurso literário projetar fatos da realidade na narrativa ficcional, que muda a realidade e a transforma. Diversas são as obras que possuem a capacidade de apresentar artisticamente fragmentos da realidade em sua narrativa ficcional sem a obrigação de se ater a eventos de forma objetiva. Sendo assim, são utilizadas vivências, questões sociais, fatos históricos e outros materiais da realidade para embasar o conteúdo das obras literárias através da verossimilhança e para representar personagens e enredo. A literatura é, sobretudo, uma manifestação social benéfica e vantajosa, visto que, baseando-se na história, é responsável por retratar a sociedade em que vivemos, seus problemas e também seus progressos, possibilitando reflexões sobre a realidade e, por muitas vezes, com o intuito de conscientização, ela auxilia o pensamento social a utilizar conceitos, ideias e ações para o desenvolvimento individual e coletivo. Por meio de sua textualidade, a literatura é capaz de incitar a compreensão de questões, ideologias e pensamentos que compõem a sociedade.

A literatura pode ser utilizada como uma ferramenta significativa no processo de conscientização sobre um determinado assunto. As obras ficcionais são meios de reportar situações sociais vividas pelas camadas sem meios de expressão. A literatura desempenha o papel de instituição social, pois utiliza a linguagem como meio específico de comunicação e a linguagem é criação social. O conteúdo social da obra em si e o impacto da literatura sobre os destinatários torna a literatura uma poderosa ferramenta de mobilização social. A arte e literatura são atividades externas que correspondem às necessidades urgentes do homem e da sociedade. Por meio da leitura, o ser humano pode não apenas absorver o conhecimento, mas também transformá-lo em um processo de melhoria contínua. A leitura é uma atividade de questionamento, conscientização e liberação. As indagações e reflexões proporcionadas pela obra levam o indivíduo à insatisfação com o cotidiano e faz nascer nele o desejo de mudança e evolução.

A ficção literária desdobra uma situação comparativa que infere de si mesma a existência necessária do autor e leitor, responsáveis por produzir e retificar sua experimentação como forma de arte. Ao mesmo tempo, uma vez que as atividades de ambas as partes – produção e recepção – são definidas pelas incertezas de seus momentos históricos, não surpreende que as obras ficcionais impressas no texto permeiam convenções históricas. Em uma sociedade complexa, constituída por classes com oportunidades socioeconômicas e culturais desiguais, não há um único, mas inúmeros sistemas de representação. Diferentes aspectos da realidade objetiva podem derivar diferentes significados e interpretações, a obra literária se desdobra como um sistema de representação do mundo entre parênteses, onde sua produção inclui uma dinâmica histórica e sociocultural por trás do atual sistema de símbolos.

FORMAS LITERÁRIAS E A REALIDADE

Escrever é uma forma de expressão e um ato político, através da escrita, podemos dar voz a assuntos de interesse da sociedade, uma vez que, podemos buscar soluções e causar questionamentos. A prática da escrita estimula nossos sentidos e proporciona uma ampla consciência de questões ideológicas e pensamentos, além de ajudar a construir uma história social diversa e mais completa. O poder da narrativa ultrapassa as estruturas sociais opressivas e encoraja interpretações como espaços indispensáveis para o discurso. O acesso a textos escritos e à literatura deve ser um direito universal. Para que a leitura e a escrita beneficiem a cidadania, é preciso, entre outros elementos, incluir a literatura como um texto que dialoga com a história e abre caminho para que o ser humano aprenda a se conhecer, e conhecer o mundo. A literatura é importante tanto dentro como fora da sala de aula porque transmite, por meio da linguagem, às vezes de forma explícita e às vezes implícita, a cor de cada sociedade, sua cultura, conflitos, identidades e histórias. Mas para que isso aconteça, como dissemos, é necessário o envolvimento das escolas e da sociedade.

Como afirmado em "O Direito a Literatura", Antonio Candido acreditava que a literatura e a arte são fatores fundamentais para a humanização. Assim, o conceito de literatura é universal e integral para a formação humana. No poder libertador da leitura e do conhecimento, abre-se para uma ampla gama de enumerações que vão desde a promoção da criticidade até a promoção do entretenimento. A literatura nos aperfeiçoa. A literatura de Candido é fundamentalmente uma maneira de transformar o caos em universo, organizando o mundo através das palavras, uma forma difusa ou mesmo inconsciente de conhecer a si mesmo, aos outros e às coisas. A literatura é universal, pois seu poder esclarecedor é desencadeado de maneira eficaz e apropriada, portanto, deve ser um direito humano inegável. Na linguagem, diferentes grupos tentam defender ou impor suas avaliações do mundo e, ao mesmo tempo, os padrões elevados de ideologia política criam uma grande desconfiança na legitimidade da alta cultura.

As consequências do vazio pós-moderno, a ganância brutal do capitalismo e o avanço das frentes totalitárias nos confrontam mais uma vez com a necessidade de debater os direitos humanos. Talvez nós também tenhamos o dever de defender dentro da nova estrutura de poder em que estamos imersos, não mais um direito literário, mas uma obrigação que a literatura nos impõe. A literatura, pode ser entendida como antídoto à barbárie, não apenas nos textos de Candido, mas também em sua obra em geral. Ao analisar as novas condições socioculturais de um sistema de leitura cultural centrado na imagem, pode-se destacar essa ampliação do acesso literário e o potencial de democratização do acesso a produtos culturais nunca antes visto. No entanto, o acesso democrático é contrabalançado por uma avaliação negativa da capacidade dessa nova situação em gerar leitores com maior capacidade crítica. Isso porque "a leitura literária hoje enfrenta dois adversários teimosos" (Reis, 2007, p. 76), ambos reconhecidos há muito tempo, dizem os críticos: a crise da memória e a crise dos clássicos, a memória e o cânone dividem um elemento comum: o modo como nos relacionamos com o passado.

A alta cultura, ou seja, o clássico, é a estrutura ideológica política de instituições que alinha certas obras com a avaliação de grupos hegemônicos em detrimento de outras expressões culturais. Os valores intrínsecos e universais da alta cultura são questionados pelo relativismo cultural, que defende a expressão do respeito à diversidade como valor primordial. Na nossa sociedade há cada vez

menos espaço para a literatura. No lazer, a aceleração digital interrompe o tempo disponível para os livros. A fixação das crianças pelo uso de aparatos tecnológicos, como os smartphones e computadores que lhes permitem acessar as redes sociais, tem feito com que as crianças em idade escolar leiam cada vez menos livros. A crise que assola a literatura foi apontada em um estudo realizado na Grã-Bretanha. De acordo com a pesquisa, fora da escola as crianças estão mais suscetíveis a navegar na internet ou enviar mensagens aos amigos do que ler obras literárias. Ainda segundo os pesquisadores, entre adolescentes com idade entre 14 e 16 anos, as chances de que o estudante leia um livro em detrimento do uso do computador é 10 vezes menor do que entre os mais novos, a pesquisa foi comandada pela National Literacy Trust.

A obra não é um produto fixo, nem passivo e homogêneo, registrando uniformemente o seu efeito. São dois termos que atuam um sobre o outro, e aos quais se junta o autor, termo inicial desse processo de circulação literária, para configurar a realidade da literatura agindo no tempo. O compromisso emancipador da leitura literária de Candido se presta a nos fazer compreender e buscar ultrapassar a tradição de autoritarismo de nossa formação histórica fabulada na linguagem das obras literárias. Como afirmado em "O Direito à Literatura", a forma é a efetiva realização da humanidade, é uma linguagem organizada, transformando o caos no mundo, apresentando ao leitor as formas literárias que estão na interface com a dimensão histórico-social: as grandes obras ajudam-nos a libertar-nos da realidade repressora e a decifrá-la.

Das tentativas de definição do impacto da relação entre ficção e realidade na criação literária e a sua recepção crítica surge a necessidade de examinar os mecanismos pelos quais o imaginário vincula-se ao texto literário e o mundo real torna-se o mundo ficcional. Como argumenta Barthes (1996), ao lidar com a realidade através da linguagem, é necessário que a mesma seja estendida à experiência e fruição estética do outro. Produzir a realidade de natureza textual e imaginária, implica a junção das características comunicativas inerentes à condição dos gestos de linguagem. Cândido estabeleceu a arte como uma transposição do real para o ilusório por meio de uma estilização formal.

O passado não é um objeto em si mesmo, sabemos, mas uma narrativa que elaboramos a partir de determinados pontos de vista, com personagens e enredos com os quais nos identificamos ou não, poderíamos dizer. Tal processo narrativo também implica na formação de identidades, em perfis ético-políticos de comportamentos individuais e sociais, em modos de compreensão da relação entre eu e o outro mais ou menos abertos.

Formada por uma ordem para as coisas, seres e sentimentos que combina elementos de ligação com a realidade natural ou social, com elementos de funcionamento técnico essenciais à sua configuração no âmbito da literatura encontra-se uma forma de condensar a própria imagem na densidade semântica das palavras, de modo que a imaginação se torne a sucessão de tudo e a realização das ideias. Na forma e propósito estéticos, nos fragmentos da realidade investidos na estrutura imaginária do texto o desconhecimento do real e o conhecimento do imaginário ganham notoriedade e espaço de reflexão.

Iser (2002, p. 973) propõe colocar o mundo impresso na literatura entre parênteses para entender que o que é representado não é um mundo dado, mas deve ser entendido apenas como uma suposição, uma representação de determinado assunto ou momento histórico baseado em fatos, vivências e opiniões do autor ou coletados pelo mesmo. No processo, a obra adquire a interseção entre

o mundo ficcional e o mundo real – texto e contexto; que é mediada pela linguagem imaginativa e pela utilização de mecanismos e ferramentas da realidade, mas sempre em caráter aproximativo, implicada em um estado como se fosse ficcional. Assim, se o mundo literário não pode ser substituído pela realidade a que se refere e é isso que garante o produto do imaginário de seu sentido, e mesmo de suas condições experimentais: uma entidade cujo significado é totalmente simbólico, finito, fechado, muito parecido com o nosso, incitando o leitor a explorá-lo em suas diferenças com o próprio mundo.

As condições históricas e filosóficas que levaram a humanidade a criar o romance como forma literária, em comparação com o épico, que é uma narrativa típica da antiguidade clássica. Os épicos clássicos da epopeia limitam-se a retratar o mundo pré-determinado da unidade do sujeito estabelecido pela mudança de vida, segundo a compreensão da realidade segundo o mito. No entanto, apesar das diferentes formas de pensar a relação do indivíduo com seu mundo, a epopéia e o romance constituem uma dinâmica ficcional-imaginária; isso aponta para a historicidade do processo criativo, fator crítico para o uso da literatura como um fenômeno artístico. É importante realizar pesquisas. A primeira diz respeito à possibilidade de estabelecer uma historiografia diferente da produção literária. Assim como a tragédia e o drama, o épico é um dos gêneros literários clássicos que existe desde os tempos antigos e ainda permanece em nossa leitura. As narrativas épicas são frequentemente associadas a outros tipos de narrativas literárias, como narrativas épicas e fantásticas ou narrativas brilhantes. As histórias e contos épicos relatam aventuras por meio do desdobramento de façanhas. A dimensão épica desses textos muitas vezes evoca surpresa, admiração ou medo, manifestada no exagero do fato, através do crescimento de personagens por vezes dotados de habilidades sobre-humanas. Os épicos e as narrativas épicas muitas vezes nos levam a descobrir o maravilhoso e o fantástico, opondo-se assim à narrativa da realidade, que por sua vez tenta apresentar uma representação fiel da realidade. A literatura épica nasceu do ditado oral de civilizações antigas, como a Grécia antiga. Um narrador épico que tece eventos que se desenrolam para o leitor; fatos históricos podem ser históricos ou ficcionais. É nesse sentido, por exemplo, que ao pressupor “que as obras se articulam no tempo, de modo a se poder discernir uma certa determinação na maneira por que são produzidas e incorporadas ao patrimônio de uma civilização”, Antonio Candido define panoramas críticos distintos de acordo com critérios produtivos que variam em termos históricos e/ou territoriais. Por meio da constituição dessa espécie de plano intersubjetivo a obra literária se mostra capaz de retratar aos indivíduos um efeito prático, modificando a sua conduta e concepção do mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais”. A literatura vê-se, afinal, dotada da capacidade de referir a realidades totalmente diferentes daquela que representa diretamente.

Se uma obra literária pode atingir leitores em diferentes épocas e contextos, isso se deve a um esforço produtivo que, embora contingente, pode transcender seu presente e dialogar com o futuro. A literatura nacional possui, como desdobramento estético e ideológico de noções como nação, identidade nacional e cultural, dois momentos importantes da história do Ocidente: A Instituição do Estado Moderno e o Movimento Estético do Romantismo. Tomadas em conjunto, essas noções foram decisivas para as sociedades ocidentais nas esferas econômica, política e por muito tempo, e continuam a permear, em graus variados, comuns até agora. Dada a amplitude desse paradigma, não é de surpreender que a produção e a recepção

literárias tenham se adaptado às premissas de seu projeto ideológico de forma tão satisfatória.

A práxis e recepção crítica se entrelaçam na literatura nacional de forma ambivalente em sua relevância e nos diferentes momentos de sua caracterização conceitual, tais categorias possuem o mesmo suporte teórico ligando literatura e ficção, imaginário e realidade. A literatura nacional daria lugar a cortes distintos de produção e crítica baseados em aspectos que atravessam as fronteiras nacionais apesar de sua especificidade, englobam condições socioculturais semelhantes, espalham-se pelo mundo: etnia, questões de gênero, várias formas de exploração humana. Cederia espaço, afinal, a “literaturas” de caráter ambivalente – literatura negra, indígena e feminista pois, ao mesmo tempo em que eles dão voz e a grupos marginalizados, sua normatividade heterogênea está sujeita a sofrer tanto a ideologização de uma norma social estética, quanto a homogeneização da relações entre o sujeito e o mundo contidas na obra literária. Uma história não atingiria a totalidade da vida pela forma, ou pela intenção de seu autor, ou não sem incorrer em deficiências ou anacronismos; da mesma forma, não parece possível ao literário estabelecer uma sistematização teórica capaz de abarcar universalmente os fatos, remete a um certo recorte na realidade sócio-cultural e histórica.

Em sentido distópico, as formas literárias têm a necessidade de representar ou reconstituir esteticamente o sentido próprio da totalidade da vida, remete, diretamente ou em contraponto, a uma cosmologia a uma disposição mental específica. Em ambos os casos, porém, o mito caracterizado como uma "história verdadeira, que se passou no Tempo e que serve de modelo de comportamento", é instituído como uma verdade absoluta embora eles se constituam como "organizações simbólicas que tocam as cordas sensíveis de todos os seres ou de muitos deles", quando utilizados na literatura, os mitos não deixam de ser uma ou narrativa que estão sujeitas a contingências socioculturais que modulam suas atualizações. Para os antigos, os mitos eram a coisa mais importante, enquanto as histórias e as fábulas não. A mitologia o ensinou a constituir existencialmente sua "história" original, e tudo o que se relaciona com seu ser e seu próprio modo de estar no universo o afeta diretamente. O mito é uma realidade cultural extremamente complexa que pode ser abordada e interpretada através de múltiplas perspectivas complementares. O mito conta uma história divina; ele fala de um evento que ocorreu em uma era primitiva, a era mítica do "princípio". Em outras palavras, o mito conta como uma realidade, seja uma realidade completa, um universo, ou apenas um fragmento, se forma devido às façanhas de seres sobrenaturais: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição. Assim, não seria imprudente dizer que a época constitui uma mitologia particular, capaz de se expressar para refletir suas aspirações e suas preocupações.

Em geral, pode-se dizer que o mito constitui a história do comportamento paranormal. Esta história é considerada absolutamente verdadeira e sagrada. O mito sempre se refere à "criação", contando como algo veio a ser, ou como um padrão de comportamento, uma instituição, uma maneira de trabalhar foi estabelecido; é por isso que os mitos formam o paradigma de todo comportamento humano significativo. Conhecendo o mito, conhece-se a origem das coisas e, portanto, pode-se controlá-las e manipulá-las à vontade; não é um conhecimento "externo", "abstrato", mas um conhecimento que é ritualmente "vivo". Em suma, os mitos revelam que o mundo, as pessoas e a vida têm uma origem sobrenatural e uma história que é significativa, preciosa e instrutiva.

O tema, sempre multiforme e suscetível de renovação, ganha mais ou menos importância conforme abordada as condições de adaptação do seu interior às exigências de um novo pensamento. Assim, se no caso da antiguidade clássica uma normatividade poética se estende, como já visto, à subjetividade de maneira que os mitos concedem sentido à vida e à obra literária de maneira consciente e incontestada, o mesmo não poderia ser dito do seu emprego em todos os períodos estéticos da literatura ocidental. Ao contrário, enquanto o sujeito assume cada vez mais a posição de epicentro das preocupações literárias, o reaproveitamento da substância mítica torna-se uma tentativa artística refratada pela subjetividade em contexto, um pela vida e pela humanidade. Uma tentativa que se estende, como experiência estética, às formas de realização e reflexão crítica, inerentes às leituras de uma obra literária.

A busca de sentido próprio imerso na realidade parece provocar a humanidade a uma constante releitura de si mesma e do mundo. Além disso, como única conclusão possível, talvez seja o único entendimento universal da literatura: o de um humano que busca revelar, por meio da linguagem, o que é propriamente humano. Ao buscar compreender o sentido das coisas, a literatura configura-se como um meio de captar o que está acontecendo ao redor do ser humano. O discurso literário é apresentado em linguagem ideológica e o uso social desse discurso reforça as estruturas atuais propondo reflexões sobre os valores da sociedade. A arte engloba atividades de construção, expressão e conhecimento, possui uma habilidade única que decorre da intenção de "fazer arte", segundo os teóricos, é a principal razão pela qual os humanos interagem com o universo, com os outros e consigo mesmos. A partir da modernidade, as obras de arte passaram a conter destinos ideológicos. Atualmente, a arte torna-se mais necessária devido ao desejo dos contemporâneos de transcender a vida cotidiana, absorver o mundo e controlar a realidade, apesar de que as obras de arte são representativas da classe dominante e tentam mascarar as diferenças sociais existentes.

"Um dos papéis da arte na vida social, hoje [...] é a formação de um novo homem, uma nova sociedade, uma nova realidade histórica, uma nova visão do mundo". A obra literária é, então, um objeto social; para que exista é preciso que alguém escreva e um outro a leia" (YUNES; PONDÉ, 1988, p. 38).

Nenhuma obra de arte deve ser desassociada de seu contexto histórico, pois, é uma ideologia que pode ou não se relacionar com o mundo ao qual se refere e eventualmente, ter a sua simbologia modificada dependendo dos rumos tomados no contexto histórico na qual foi criada. Pode-se dizer que a arte é social na medida em que é influenciada e exerce influência sobre o meio ambiente. Ao apontar que a arte é uma expressão da sociedade, Antonio Candido propõe a ideia de que a arte é social em dois sentidos: depende do papel dos fatores ambientais, que se expressam em graus variados de sublimação na obra, e possui um impacto prático sobre os indivíduos, mudando seu comportamento e visão de mundo, ou aumentando seu senso de valor social. A arte, como social, está associada aos valores ideológicos populares utilizados pelo artista em seu tema e tem impacto quando ele se comunica com o público.

A literatura não é espelho do mundo social, mas parte constitutiva desse mundo. Ela expressa visões de mundo que são coletivas de determinados grupos sociais. Essas visões de mundo são informadas pela experiência histórica concreta desses grupos sociais que as formulam, mas são também elas mesmas construtoras dessa experiência. Elas compõem a prática social material desses

indivíduos e dos grupos sociais aos quais eles pertencem ou com os quais se relacionam. Nesse caso, analisar visões de mundo e idéias transformados em textos literários supõe investigar as condições de sua produção, situando seus autores histórica e socialmente. Quando vemos a literatura como um testemunho histórico da compreensão das dinâmicas sociais, somos assim levados a entender o escritor como produto de seu tempo e sociedade.

Esse entrelaçamento entre literatura, sociedade e história têm contribuído para a emergência da interdisciplinaridade, entendida aqui como diálogo, como reflexão sobre as relações culturais na literatura. Portanto, é inevitável refletir sobre o que é cultura e a relação entre cultura e sociedade. A literatura não atua como espelho da sociedade, mas como meio de veiculação de informações, e sua função social é facilitar a compreensão da variedade e variedade desses conflitos, libertando-se assim dos princípios que lhes são impostos pela sociedade, de forma a ser considerada como um dos elementos da construção do pensamento social, pois visa mostrar os rumos do verdadeiro valor da nação, abordando crenças e percepções pessoais, para que as pessoas possam refletir sobre a forma como vêem a vida e o mundo. No entanto, apesar de ser considerada fictícia por muitos, mostra a vida cotidiana do ser humano no contexto do tempo e do espaço e, ao mesmo tempo. Desse modo, os textos literários buscam apontar o verdadeiro valor da nação, revelando as várias mudanças políticas e sociais pela qual a sociedade passou. A literatura como arte reflete as representações da cultura de um povo e a língua, obviamente, é uma das formas de manifestar a cultura, ela é uma das dimensões culturais capazes de propiciar condições para o desenvolvimento do indivíduo. Pode ser instrumento e meio de ensino de muitas áreas do conhecimento além dela própria. A literatura desempenha o papel de instituição social porque utiliza a linguagem como meio específico de comunicação, e a linguagem é uma criação social. Ele também observa que o próprio conteúdo social da obra e a influência da literatura sobre o destinatário a tornam uma poderosa ferramenta de mobilização social.

A arte é social em dois sentidos: depende do papel dos fatores ambientais, são diferentes níveis de sublimação que são mostrados na obra e têm um impacto prático nos indivíduos, alterando seu comportamento e percepção do mundo, ou aprimorando seu senso de valor social. Na medida em que a arte é um sistema simbólico de comunicação entre as pessoas, ela tem como premissa uma relação entre a obra, o autor e o público. Sendo assim, a literatura é uma construção social que está associada aos valores ideológicos predominantes que os escritores utilizam em suas obras, considerando esse fato, a obra somente está completa quando reflete algo em alguém, ou seja, quando se dá a interação entre o autor, o texto e o leitor. Portanto, somente estabelecendo esse diálogo, as obras literárias podem atuar como elementos constitutivos da sociedade e, portanto, como elementos sociais de expressão da identidade cultural, um dos papéis da literatura na vida social é formar uma nova pessoa, uma nova sociedade, uma nova realidade histórica, uma nova visão de mundo. Nesse sentido, o estudo das relações culturais na literatura leva em conta a discussão entre texto e contexto. Dessa forma, o texto, como forma atemporal de cultura, é ao mesmo tempo seu produtor e produto e, como tal, expressa visões de mundo conflitantes que se encontram e colidem nesse amplo diálogo. É por isso que a literatura é uma arte cuja dimensão cultural oferece condições para o desenvolvimento humano. Como apontou Barthes, a Literatura tem a força da representação e ela é categoricamente realista, na medida em que ela sempre tem o real como objeto de desejo. Esse conhecimento a que Barthes se

refere é o mundo social em que a literatura imprime em suas páginas através da linguagem que se comunica entre autores, obras e público, como nos disse Antonio Candido:

A literatura é um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vivem na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a. [...] A obra de arte só está acabada no momento em que se repercute e atua, porque sociologicamente, a arte é um sistema simbólico de comunicação inter-humana. Ora, todo processo de comunicação pressupõe um comunicante, no caso o artista; um comunicado, ou seja, a obra; um comunicando, que é o público a que se dirige; graças a isso define-se o quarto elemento do seu processo, isto é, o seu efeito.
(CÂNDIDO.1976;p.25).

Antonio Candido enfatiza o poder transformador da literatura, que é o poder da ficção manifestado como fonte inesgotável de conhecimento inspirados nas experiências pessoais de cada destinatário, pois a exposição aos textos literários é exposição à vida e à história como uma sociedade inteira. Quando a literatura levanta novas questões e, portanto, novas questões, inquietações e confusões, afirma-se como um elemento de construção social que desestabiliza os leitores. O processo de interpretação da literatura contribui não apenas para a formação de sujeitos como leitores, mas, principalmente, como indivíduos com conhecimento histórico, pois a interação do leitor do texto facilita uma série de diálogos entre eles, aspectos literários e sociais normativos existem no texto literário e na imaginação do sujeito. Isso significa uma ampliação de horizontes, devido à identificação incompleta com o leitor da obra, conflitos de diferentes normas literárias e sociais, obrigando o indivíduo a refletir sobre sua situação sócio-histórica, levando a possíveis mudanças de atitudes em relação à sociedade. Dessa forma, a literatura contribui para incitar o homem, enquanto sujeito social, a uma maior compreensão do mundo e de sua história, pois ao decifrar signos podemos interpretar as imagens que recebemos através da ficção que cria e recria a realidade, trazendo em sua história a história que também é do leitor, realidade e história. A literatura ao inquietar o homem tira-o da alienação imposta pela sociedade e ao mesmo tempo ocupa seu espaço como prática cultural, colocando-se não apenas como objeto de conhecimento, mas de questionamentos.

A intenção de uma obra literária pode ser pensada como uma forma de conhecer nossos ancestrais, como pensavam, como se sentiam, o que esperavam do mundo e da vida. Nos aproxima dos sentimentos "reais" e fragmentos de visões de mundo, comportamentos, costumes, etc. em um determinado momento. O objetivo central de fazer da literatura uma ferramenta social é buscar sua historicização. É preciso buscar a lógica social do texto. É preciso considerar as características específicas da fonte literária, por exemplo, para esclarecer sobre o que a literatura está falando, quais são suas características, como determinados autores conceberam sua obra; o objetivo é inserir o autor e a obra literária particular em fatos reais. De fato, a literatura mantém a conexão aproximando-se da história da qual extraíram matéria-prima esteticamente apropriada e, embora a história tenha evidências do mundo real, não foi escrita sem eliminar um pinga de imaginação. A produção de narrativas ficcionais está inserida na realidade, pois se constrói em um eixo espaço-tempo, imbuindo a obra de conteúdo biográfico, social e situacional. Ela usa a história não como relato de testemunha ocular, mas como intérprete, capaz de reproduzir poeticamente a realidade.

A relação entre literatura e história, e como essa nova "fonte" fornece elementos adicionais para a construção da historiografia para uma determinada

época e população. O que os historiadores culturais chamam de campo da representação pode incluir tanto representações produzidas no nível individual (como as representações artísticas) quanto representações coletivas, modos de pensar e sentir, elementos que já se enquadram no domínio da imaginação. E, de particular importância, os "símbolos", que constituem um dos recursos mais importantes para a comunicação humana. Pode-se inferir que a literatura é primeiro um discurso eficaz, pois, com a ajuda da história, é responsável por descrever uma interpretação do meio social da época, utilizando uma série de campos de discurso que se inter-relacionam e se relacionam na formação do pensamento social e da ideologia nacional. A intersecção entre história e literatura permite maior flexibilidade para pensar os diversos elementos constitutivos da história e sua percepção. Dessa forma, seja um trabalho feito com a intenção expressa de capturar as relações sociais de um determinado espaço/tempo, ou um trabalho que tenha um aspecto abertamente ficcional, mas que visa mostrar a preocupação que um determinado tempo cria em uma população, mesmo obras que constroem uma narrativa em um determinado espaço/tempo, mas não têm a intenção explícita de "escrever história" todas as obras literárias, possuem aspectos, características e relações socioculturais do universo de onde surgem.

A Literatura tornou-se uma fonte altamente produtiva porque permite aos pesquisadores culturais, escritores e historiadores explorar um vasto universo de significação/representação, pois com a combinação de ficção e produção historiográfica, começamos a pensar novas formas de enxergar a história e questionando questões e temas práticos. Na história, o conceito de verdade deve ser sempre usado no plural, pois acreditamos que não apenas temos uma visão única de um fato ou objeto de análise, mas podemos apontar visões de diferentes estilos e formas de percebê-los. Com a literatura, as possibilidades de eventos históricos são ampliadas, pois não há regras sociais a serem seguidas no mundo imaginado, e as ações ocorrem independentemente da experiência social dos sujeitos históricos reais. No mundo imaginário da literatura, o que se escreve é ou pode ser verdade. O uso da "verdade literária" como fonte histórica se justifica porque as representações do imaginário social coletivo são tão "reais" quanto os próprios fatos. A manifestação da identidade cultural de um povo é visível na obra de arte, e é dessa visibilidade que surge a questão da imaginação, um ato de consciência como forma de perceber o mundo que nos cerca. A produção da literatura é relevante para sua época, refletida em sua narrativa social e elementos ficcionais e a mediação entre aspirações reais e coletivas. As obras literárias constituem uma parte do mundo, uma parte da criação humana, um relato de um determinado contexto histórico e social. Portanto, qualquer obra literária é evidência histórica determinada objetivamente - isto é, no processo histórico. A literatura passa então a fornecer uma versão da história através dos olhos do escritor. Os estudos literários abrem a possibilidade de analisar o passado, o presente e o futuro através do discurso dos socialmente incapazes. A narrativa literária cria a possibilidade do que está por vir a acontecer. Para tentar decifrar fenômenos históricos a partir de suas representações ficcionais, é necessário tentar articular algumas perspectivas sobre a 'oposição' que existe entre a 'verdadeira' história e a ficção. Na literatura, vemos a verdade como fato e a ficção como o oposto da verdade.

Assim, a história passa a se opor ao romance, principalmente à representação do romance como o "real", em contraposição à representação do "possível" ou "imaginável". O conceito de representação torna-se, assim, crucial para a

compreensão dessa aproximação entre história e literatura, pois a literatura pertence a esse domínio da representação, cabendo ao historiador reinterpretar o encontro entre o mundo do texto e o leitor, e como o leitor se encaixa e diferentes formas textuais adaptadas a diferentes momentos históricos. Assim, podemos argumentar que a literatura como fonte cumpre seu papel original de fornecer elementos substantivos na construção de versões da verdade. Todo testemunho histórico, seja um documento oficial ou uma obra de arte, carrega um significado que pode ser entendido com uma análise adequada de sua relação aliado ao contexto histórico em que a meta foi criada, destaca luta, apropriação, acomodação, etc. A literatura como fonte pode perceber questões sociais e históricas como centrais para a produção da “ficção”, e com certeza podemos identificar muito do que chamamos de “realidade” na literatura que lemos. História e Literatura se apresentam como “representações do mundo social”. A ficção não é o contrário da realidade, mas uma outra forma de capturar a realidade, e as fronteiras da criação e da fantasia são mais amplas do que o permitido. História e literatura histórica, “ambas explicam o presente, inventam o passado e formas de imaginar o futuro”. História e ficção são semelhantes por serem narrativas de eventos e ações, mas diferem na forma como capturam essa representação da realidade. Do ponto de vista sócio-histórico, a literatura faz propostas para historicizar as obras literárias – sejam romances, contos, poemas ou crônicas – para inseri-las nos movimentos sociais, estudar suas redes de diálogo social, desvendar o que ela representa a forma se relaciona com a sociedade.

Alguns autores tentam explorar a relação entre essas duas possibilidades artísticas em seus trabalhos, buscando uma estética nessa dicotomia que exige esforço no processo criativo. A relação existente entre o discurso autobiográfico e o ficcional, bem como o eixo teórico, ao passar por ambos, mostra aspectos das narrativas que visam reformular experiências pessoais para ficcionalizá-las. A primeira manifestação do discurso transita entre realidade e ficção na mesma narrativa, adicionando um elemento ficcional a uma biografia. O discurso biográfico passa para a elaboração de uma narrativa “falseada”, uma vez que o componente histórico é impregnado pela livre expressão do biógrafo que ao se apropriar de uma história acrescenta aspectos da sua imaginação. O recurso à ficção no trabalho biográfico é, com efeito, inevitável na medida em que não se pode restituir a riqueza e a complexidade da vida real. O biógrafo é imbuído de uma narrativa do outro e, por conseguinte, se vê compelido a dar conta de uma história vivenciada pelo outro; qual seria a resposta ao discurso desse biografado senão uma elaboração romaneada pelo biógrafo. Enquanto a biografia narra a vida de terceiros, estando no foco o outro, sempre sob o olhar de uma pessoa que se mantém no exterior dos eventos narrados, a autobiografia revela o eu sob a perspectiva e interpretação que o sujeito faz de si mesmo e sua visão diante o mundo. O discurso autobiográfico possui uma elaboração delimitada dentro dos aspectos da escrita em prosa e segundo uma equivalência entre os elementos: personagem, autor e narrador.

Essas são algumas das características que fazem de uma autobiografia uma narrativa crível entre o autor e o leitor da obra, pois este deve perceber que a narrativa se refere a aspectos da realidade da vida, e não a elementos da imaginação, pois,, assim como o discurso científico, sua narrativa remete ao registro de informações da realidade existente. Essa relação confiável não serve apenas para verossimilhança, mas também para identificação de fatos reais. No entanto, a escrita equivalente do protagonista como narrador da história, que por sua vez é o autor da obra, reduz muito a possibilidade do discurso autobiográfico.

FICÇÃO UTÓPICA E DISTÓPICA

O termo *distopia* refere-se a uma sociedade governada de forma autocrática, autoritária e antidemocrática, baseada em controle socioeconômico e cultural. Essas imagens distópicas retratam a sociedade humana, composta de grupos díspares separados da elite, preservados por forças de segurança ameaçadoras. Pela natureza política, a premissa ou expectativa do leitor é encontrar nos textos distópicos uma maior semelhança com regimes autoritários com experiência na história ou governos atuais. Os romances distópicos usam como ferramenta para explorar a sua narrativa e tornar as obras mais atrativas. Embora os romances distópicos possuam elementos reais em suas narrativas, eles objetivam expressar opiniões mas, de forma branda e implícita.

Estudar temas literários é uma forma de entender quando essas obras foram criadas e a realidade que elas refletem. Portanto, estudar utopia/distopia como tema literário é uma forma de compreender alguns dos desejos e medos embutidos na complexidade da sociedade humana. A utopia é a realização de algo positivo pela superação do status quo anterior, e a distopia é a realização de algo mais negativo do que o status quo anterior, ou mesmo a destruição da utopia. A utopia adquire características positivas, caminhando na direção da felicidade humana universal, enquanto a distopia está associada ao negativo, relacionando-se ao poder de poucos e à felicidade de poucos.

A literatura se constrói em um contexto histórico específico que busca sobreviver e dialogar com os tempos futuros. A função da literatura distópica nos revela o que deixamos de perceber, ela justifica-se pela ênfase em aspectos do totalitarismo. A independência dos textos literários em termos de função e utilidade deve-se à dimensão da experiência estética, que exige subjetividade entre o sujeito e a obra literária. A literatura distópica tem função formadora e possibilita a assimilação e reflexão dos valores da sociedade ao propor padrões de comportamento destinados a reforçar valores sociais universais.

Os elos na literatura distópica, presentes nas principais obras do (sub)gênero da Ficção Científica de viés político possui críticas sobre as correntes ideológicas presentes nas obras; a sua pretensa função e utilidade em alertar a sociedade sobre as tendências utópicas que se mostram modelos autoritários de realizações perfeitas para a humanidade, a ficção científica, independente das suas diversas definições, é o lugar onde a arte explora a estética científica e o desenvolvimento tecnológico entre máquinas e homens. A distopia explora os aspectos pessimistas do político e ideológico das sociedades sem abrir mão dos aspectos estéticos da ficção científica.

Para discutir e destacar as conexões na literatura distópica que existem em grandes obras do (sub)gênero politicamente tendencioso da ficção científica é necessário compreender as origens da distopia e sua relação com a utopia; as correntes ideológicas presentes na obra crítica e sua suposta função e utilidade em alertar a sociedade para tendências utópicas. A ficção científica, e quaisquer que sejam suas várias definições, é onde a arte explora a estética da ciência e os desenvolvimentos tecnológicos entre máquinas e humanos.

A distopia aborda aspectos pessimistas da política e ideologia, e é uma crítica radical da sociedade construída em um âmbito ideológico que seus autores consideram negativo. Por isso, só é possível comparar sociedades ideologicamente liberais com sociedades ditas socialistas que imaginam possibilidades utópicas para

a melhoria e desenvolvimento das relações humanas, comparando a literatura distópica atual com as sociedades totalitárias.

Em *Admirável Mundo Novo* de 1932, o autor Aldous Huxley, descreve uma sociedade totalitária composta por poder e conhecimento concentrados por uma minoria da população. Tal sociedade consiste em castas com diferentes posições e funções na hierarquia social. Mesmo com um desenvolvimento científico e tecnológico significativo, há a necessidade de governantes, representados por guardiões do mundo, necessitarem de pessoas para operar máquinas. Com o estabelecimento de uma ditadura tecnológica, a dominação e a exploração são levadas ao extremo. Focado no progresso tecnológico, o autor dissertou sobre o princípio que compõem a natureza humana, a liberdade estabelecendo que sem ela, toda vida criativa é impensável. O que parecia distante das suas previsões feitas em 1932, começava a realizar-se muito mais rápido e mais intensamente do que o previsto. Na sua ácida crítica social, a “fábula” futurista estaria supostamente baseada no projeto que a elite planejava implementar em todas as áreas da vida humana, inclusive na educação. *Admirável Mundo Novo* possui como horizonte as teorias e práticas educacionais. O conjunto da obra de Huxley é referência para o debate sobre educação libertária e sociedade democrática, temas dentre os quais o autor mais se preocupou. O livro é um clássico, que como tal desempenha papel fundamental na leitura crítica e antecipação analítica da realidade, seja ela do presente ou do futuro. O grande segredo do sucesso do Estado totalitário de *Admirável Mundo Novo* é fazer com que os indivíduos aceitem passivamente e até apreciem o seu status social. Isto significa aderir irreflexivamente a condição de submissão, de servidão, particularmente aquela dos subalternos, cujos ofícios eram baseados no trabalho manual.

Nessa ditadura científico-tecnológica, através do condicionamento tornava-se a dominação mais forte e, ao mesmo tempo, mais sutil, minando as possibilidades do sujeito adquirir consciência da sua condição, principalmente daquela de submissão. Em vez disso, o sujeito se vê livre porque o controle da sociedade agora está dentro de cada indivíduo, transformando-se assim em autocontrole. Viver é ter de lidar com o conjunto de facilidades e dificuldades impostas pelas circunstâncias. Ao eliminarem a todo o custo o sofrimento, as dificuldades, as emoções intensas, os personagens deixam de viver, passando apenas a existir, como coisas – e não seres humanos – que tem seu ser determinado e fixo, isto é, a estar no mundo produzindo e consumindo para o funcionamento da engrenagem social.

Com o clássico *Admirável Mundo Novo*, escrito em 1932, nos deparamos com temas tão importantes hoje, como a clonagem humana, uso de novas tecnologias de informação e comunicação, perda de personalidade, instabilidade no emprego, etc. Ao comparar a realidade em que vivemos com o mundo da sua obra de ficção, Huxley evidencia a problemática da ameaça à liberdade e à individualidade humana, principalmente na sua “fábula” do condicionamento. Para o autor, essa tirania só pode ser evitada por meio do autogoverno e da educação liberal. Compartilhamos com a obra uma sociedade que perpetua o presente, esquece o passado e nega o futuro.

Segundo Huxley: "A lição mais importante da história é que ninguém aprende as lições da história". A obra aborda a eugenia, cuja ideia são as diferenças intrínsecas e extrínsecas de indivíduos de diferentes castas, ou seja, seus fenótipos e genótipos são totalmente controlados em ambiente laboratorial. Ao contrário da eugenia tradicional, a eugenia na obra prega a propagação de doenças hereditárias, dessa forma, através de controle genético, criam indivíduos estéreis, deformados e

retardados mentais para fazer os trabalhos mais perigosos da sociedade. O controle da mente pelo Estado para que a família e o útero não possuam importância é outro tema interessante, pois uma das principais ideias da obra. Recordemos que o autor Aldous Huxley conta uma história que se passa num futuro muito distante, próximo de 2500 anos, ou mais precisamente “no ano 600 da Era Fordiana”, numa alusão sarcástica a Henry Ford, pioneiro da indústria automobilística americana e fundador da fabricação em série de peças e dos métodos de trabalho das organizações padronizadas. Este método, conhecido como "Fordismo", transformou os trabalhadores robôs que repetiam um gesto ao longo da jornada de trabalho.

Aldous Huxley escreveu Admirável Mundo Novo, uma visão pessimista do futuro e uma crítica veemente ao culto da ciência positivista, quando as consequências sociais da Grande Crise de 1929 estavam afetando a sociedade ocidental em geral, e quando a fé na democracia parecia estar abalada. Publicado antes de Hitler chegar ao poder em 1933, Admirável Mundo Novo denunciava a visão de "pesadelo" de uma sociedade totalitária fascinada pelo progresso científico, acreditando que ele poderia proporcionar felicidade obrigatória aos cidadãos. Em um mundo perfeitamente perfeito, a sociedade dita completamente a sexualidade reprodutiva para fins eugênicos e produtivos. Os humanos são "produzidos" em termos industriais, em fábricas especializadas - "centros de incubação e condicionamento" - dependendo do modelo, dependendo das tarefas muito especializadas que serão atribuídas a cada indivíduo, essenciais para uma sociedade obcecada pela estabilidade. Na obra, que é essencialmente um manifesto humanista, pode-se notar uma dura crítica à sociedade stalinista e à utopia soviética, mas também ironia na nova sociedade mecanizada, padronizada e automatizada que estava sendo criada na América em nome da modernidade tecnológica. Admirável Mundo Novo pode ser lido como uma sátira muito pertinente à nova sociedade delirante que está sendo construída hoje em nome da "modernidade" hiperliberal. O futuro pessimista que Aldous Huxley descreve é um aviso, e incentiva a atenção aos avanços científicos atuais e seus efeitos potencialmente devastadores na era da manipulação genética e da clonagem. A obra nos ajuda a entender melhor o alcance, os riscos e os perigos que surgem quando "avanços científicos e tecnológicos" colidem mais uma vez com riscos ecológicos que ameaçam o futuro do planeta e a espécie humana.

O termo *utopia* refere-se a esperança de uma nova sociedade, confrontada com a possibilidade de um novo homem nascido da lógica ético-social de seu tempo, construindo uma sociedade cujos fundamentos são de fato tão perfeitos que acabam por impedir qualquer forma de desenvolvimento. A utopia é uma obra intelectual e ambiciosa que representa a subjetividade do autor para sua própria sociedade e, como tal, é um empreendimento que idealiza uma sociedade melhor. Esse traço é caracterizado pela desobediência ideológica e pelo desejo de mudar a forma estabelecida do mundo. Na República de Platão, o autor descreve como seria uma cidade ideal, dedicando seu texto à construção de uma cidade justa, desde seus alicerces, com a divisão do trabalho, a definição do papel de cada habitante, como as crianças devem ser educadas. O estudo das cidades utópicas é importante para compreender novas possibilidades de pensar as cidades sem o compromisso de trazê-las à vida e com a liberdade que essa condição impõe. A República busca referências às suas principais características em Atenas e Siracusa, duas cidades importantes na vida do autor, podendo assim explicar quais inovações trouxeram suas cidades. Atenas, como toda cidade grega, tinha um plano tripartite: a cidade alta para defesa, a cidade baixa para comércio e as áreas rurais adjacentes para

agricultura de subsistência. A cidade alta é a acrópole, local onde os deuses estão consagrados, a cidade baixa é o bazar, local de socialização além do comércio, e a zona rural é a khora, cuja função é produzir, defender e negociar território. Para esclarecer, a habitação também está localizada nas áreas mais baixas, mas não projetadas pelo Estado: “As casas das pessoas estão amontoadas ao lado de ruas estreitas e irregulares; os edifícios públicos não têm um padrão fixo, mas tendem a se fundir ao redor da ágora.” A partir de Siracusa, considerada por Platão uma cidade utópica ideal, a principal contribuição é o governo como tirano e a casa como composição. Kallipolis é considerada uma cidade em estágio avançado de desenvolvimento. Ao contrário da origem da cidade, ela é a única que não partiu do culto aos deuses, mas das necessidades das pessoas. Kallipolis, é uma cidade ideal muito importante para discutir justiça, verdade e política. Platão, por meio de sua cidade utópica, recuperou muito de sua experiência e conhecimento de sua terra natal e de Siracusa. Segundo Berriel (2014), a utopia gera um sistema de um bom lugar ao abordar os problemas de sua época, explorando a possibilidade e o desejo de controle “voluntário” sobre tais membros da sociedade sonhada para um bem maior. As distopias, por outro lado, são pesadelos sociais de controle “voluntário” de tais membros da sociedade para um bem maior.

Platão descreve "Kallipolis" (a bela cidade), desde os detalhes de sua origem, divisão do trabalho, definição do papel de cada habitante, como as crianças devem ser educadas, etc. A partir dessa premissa, o autor descreve as relações das necessidades que orientam a organização, o desenvolvimento e o crescimento das cidades. A descrição da cidade ideal apresenta diversos detalhes de sua organização e na forma como as pessoas viviam. A utopia pode ser entendida como algo que os humanos podem realizar, mas não podem. Portanto, uma sociedade de homens justos e sábios é uma utopia. A República de Platão é uma cidade de justiça absoluta, na qual Sócrates deveria ser coroado rei. Para construir uma cidade justa, uma utopia possível, Sócrates adverte: A menos que um amante da sabedoria e do bom senso se torne o líder da cidade, que as naturezas díspares da filosofia prática e da política, uma com exclusão da outra, unam essas capacidades, não haverá paz entre as pessoas ou entre as cidades.” Um dos destaques de A República é o sétimo volume, "Alegoria da Caverna", em que os prisioneiros na caverna ignoram o mundo exterior, confundindo as sombras projetadas no fundo com fatos e coisas reais. Nossa sociedade ainda vive o Mito da Caverna de Platão, em que a ignorância prevalece frente à sabedoria. Dessa forma, o conceito de inovação é visto com resistência.

A obra O conto da aia é um dos grandes destaques da trajetória da escritora Margaret Atwood, que explora muitos pontos feministas da segunda onda utilizando o conceito do backlash. Apesar de ser uma distopia, a obra possui diversas semelhanças com a realidade, entre elas: retrocessos, repressão, democracias frágeis, e outras questões que se alastram no mundo atualmente, levantando reflexões em um contexto global de crescente conservadorismo. A história se passa em um futuro distópico, no qual os Estados Unidos se tornaram uma ditadura religiosa cristã e totalitária, chamada Gilead. Após conflitos e diversas crises sociais, incluindo baixos índices de natalidade, um grupo de fundamentalistas assumiu o poder e instaurou novas leis e regras sociais. Eles colocaram fim aos direitos das mulheres e dividiram toda a população feminina em castas. Enquanto as mulheres inférteis são designadas como colaboradoras do novo sistema ou empregadas domésticas, as poucas mulheres que podem ter filhos, são renomeadas aias e forçadas a gerar bebês para as famílias mais ricas. Esse sistema instaurado é

baseado em escrituras cristãs e na Bíblia, fortalecendo o fundamentalismo como força política. Em O Conto da Aia, além de sua liberdade, Offred perde o direito ao próprio corpo, que passa a ser regido por leis religiosas. Essa questão abordada na obra também retrata uma triste realidade. Nas histórias de opressão que marcam a vida das mulheres, a regulação baseada em crenças religiosas é presente, seja pela interferência direta na legislação e nas políticas públicas, seja pela ação política no sentido de transformar crenças em moralidade pública, utilizando meios de comunicação e recursos político-eleitorais, de grupos religiosos conservadores. Em “O Conto de Aia” o regime totalitário é caracterizado pelo controle do corpo e reprodução feminina, tema que não está muito distante da realidade na qual vivemos, em uma matéria feita pela BBC News Brasil, a cuidadora de idosos Mônica (nome fictício) foi entrevistada e contou sobre a época em que quis realizar uma laqueadura para não engravidar novamente, depois do quinto filho. O risco de morrer no parto, os graves problemas financeiros e as mudanças no corpo também motivaram a decisão. No entanto, alegando questões religiosas, o marido a impediu de fazer o procedimento. Mônica teve mais um filho, totalizando três homens e três mulheres. A Câmara dos Deputados aprovou em março de 2022 um projeto de lei que anula a obrigação de consentimento entre marido e mulher para a realização de laqueadura. O projeto também prevê a permissão da laqueadura durante o parto, para juntar os dois procedimentos, minimizando sequelas decorrentes das cirurgias. Moradora de uma favela de São Paulo, Mônica diz que a família enfrentou dificuldade financeira e chegou a "faltar alimento".

Lilian Leandro, diretora-executiva do Instituto Planejamento Familiar, afirmou que a dificuldade de acesso à laqueadura causa um impacto profundo na vida das mulheres mais pobres, criando uma porta de entrada para diversos outros problemas, como aumento da pobreza, criminalidade e violência doméstica. Gravidez na adolescência, por exemplo, faz garotas deixarem a escola. Essa evasão faz com que tenhamos um grau de escolaridade menor e mais gastos públicos. De acordo com estudo publicado na National Library of Medicine, nos Estados Unidos, o custo anual por conta da gravidez não planejada é de R \$4,1 bilhões. Para Lílian, a aprovação desse projeto de lei traz avanços, mas ainda não resolve o problema do planejamento familiar no Brasil. São necessárias informações sistematizadas e de agilidade nesses processos, o que deve prevalecer é a vontade e o direito de escolha que definirão o futuro da mulher. Além dos problemas financeiros e de planejamento familiar, Mônica conta que as gestações também causaram diversos problemas de saúde. “Quando a gente casou, não podíamos fazer uma operação ou usar outro método de evitar filhos. Conforme fomos nos envolvendo na nossa igreja, a Assembleia de Deus, essas regras entraram na cabeça do meu marido e na minha. Só depois do sexto filho, a gente caiu na real. Mas aí já era tarde”, disse. Atualmente, para conseguir fazer laqueadura depois de um parto de risco, a mulher precisa de um laudo assinado por dois médicos para validar que ela pode morrer, caso tenha mais um filho. “Eles vão colocando obstáculos e muitas vezes a mulher desiste. Muitas não têm dinheiro para condução ou com quem deixar o filho. Quando aprovam, ainda pedem 30 dias de prazo para realizar o procedimento. A intenção é que a paciente tenha mais tempo para refletir, por se tratar de um procedimento irreversível. Ela vê esse processo como uma falta de respeito à decisão da mulher, principalmente as mais pobres. “A gente não vê casos assim nas classes A e B. As dificuldades que as mulheres menos favorecidas têm de acesso à Lei de Planejamento Familiar é muito grande. As mulheres que têm condições vão para o hospital e fazem o parto, pelo plano de saúde ou rede

particular, e já fazem a laqueadura junto com a cesária quando a indicação clínica da mãe evolui para isso", afirmou. Já as mães mais pobres, explica Lilian Leandro, precisam voltar para a fila do SUS após o parto para fazer um novo procedimento.

A deputada autora do projeto, Carmen Zanotto, disse em entrevista à BBC News Brasil que acredita numa rápida aprovação do texto no Senado. Ela apresentou esse projeto em 2014 e estava parado desde então. A deputada afirmou que, após a aprovação do projeto, os maiores desafios serão fazer com que a população tenha conhecimento de seus direitos e os reivindiquem nos serviços de saúde - e que o governo os cumpra. "O SUS tem capacidade para atender a todos esses casos. Só será necessário priorizar os mais urgentes. As pessoas precisam conhecer e cobrar os seus direitos." Carmen afirma que esse projeto é um grande avanço para a vida dessas mulheres.

Em meio a seus relatos, Offered, a protagonista da história, tem diversos flashbacks de sua vida antes de Gilead quando vivia como uma mulher da nossa época, casada, com uma filha pequena, um emprego, e o bem mais precioso em meio a distopia que nos é apresentada: liberdade. A situação das mulheres na República de Gilead e especialmente de Offred, por ser uma aia, é de privação de direitos e opressão. Ambientada em um Estado teocrático e totalitário possui, infelizmente, diversas semelhanças com a realidade, onde os direitos das mulheres são decididos em sua maioria por homens, que ocupam a maioria dos espaços decisórios. A divisão do trabalho é uma variável essencial para entender como a hierarquia de gênero está organizada, a subinclusão da divisão sexual do trabalho na agenda política e na agenda das teorias da democracia pode ser atribuída a dois fatores: O primeiro deriva das assimetrias entre homens e mulheres. Quando as mulheres não possuem acesso igualitário à definição coletiva e à expressão pública de suas necessidades e interesses, especialmente no espaço onde essas necessidades e interesses podem exercer influência, a agenda política é unilateral. O segundo fator deriva das desigualdades entre mulheres. Para determinado grupo de mulheres, esse fator pode não assumir a forma de obstáculo para sua atuação na vida pública porque elas têm a possibilidade de contratar o trabalho doméstico remunerado de outras mulheres. Em Gilead vemos esse fator na existência das mulheres, que passou a depender da adequação das mesmas em um dos quatro atributos de que dispõem e que definem sua relevância como mulher na sociedade. As mulheres de Gilead podem ser Aias, Martas, esposas ou tias. Cada uma dessas funções possui requisitos rígidos de vestimenta e cores específicas, indicando sua posição naquela sociedade, e, portanto, criando uma rivalidade entre elas.

As mulheres em idade fértil se tornam Aias, elas devem engravidar e conceber uma criança destinada ao Comandante e sua Esposa. Suas vestes são vermelhas. As Esposas vestem azul, como a Virgem Maria, uma das tantas referências bíblicas presente na obra. As Martas vestem verde e são responsáveis pelos trabalhos domésticos, enquanto as Tias têm a função de educar as Aias a servirem e usam vestes marrons. Além de fazer o leitor refletir sobre o papel de gênero na sociedade atual e o poder exercido pelos homens, manifestado pela violência física ou simbólica da linguagem e do pensamento, a representação das mulheres e a abordagem do patriarcado retrata na obra uma sociedade onde a mulher é tida como submissa e desprovida de direitos, tendo assim um papel social limitado. A respeito dessa questão, Friedrich Engels pontua:

"(...) o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino" (ENGELS, 1980, pp.70-71).

Tanto na obra de Atwood como na vida real, a divisão do trabalho existe na forma de privilégio, desvantagem e opressão. Nessa relação, aqueles com maior participação nas políticas institucionais, os homens, estão no extremo do privilégio e, portanto, são mais propensos a influenciar a agenda pública e a formulação de leis e políticas. É no centro da desvantagem e da opressão que aqueles que dificilmente ocupam espaço exercem influência no sistema político, especialmente as mulheres negras, os pobres e os imigrantes. A questão da laicidade do Estado é de extrema importância para o debate sobre os direitos sexuais e reprodutivos. Em todo o mundo, existem variações na forma como a “institucionalização política da autoridade religiosa” e a “regionalização da política” ocorreram. Padrões valorizados e aceitáveis de relações sexuais, familiares e afetivas são definidos em um determinado contexto sociocultural. As leis são produzidas em um contexto cultural específico e ações são tomadas contra elas para manter ou mudar valores e sistemas em conjunto. Em muitos países, as fronteiras entre os papéis institucionais do estado e da igreja são permeáveis para afirmar posições baseadas em doutrinas e crenças.

Embora este seja o caminho histórico que conhecemos, o laicismo não suspende as ações políticas das instituições religiosas, mas enquanto as políticas nacionais são influenciadas ou mesmo orientadas por essas instituições e grupos religiosos, os valores básicos da democracia estarão em risco. Católicos e pentecostais que se autodenominam “pró vida”, frequentemente defendem a abstinência sexual, ao invés de educação e prevenção sexual, a fim de lidar com os desafios da gravidez indesejada entre adolescentes e a contaminação de doenças sexualmente transmissíveis como a AIDS. A maior presença de movimentos feministas e LGBT na sociedade reforçou visões alternativas das interpretações tradicionais das relações de gênero, a família e o papel das mulheres na sociedade nos debates públicos. Na década de 1970, quando a Igreja Católica começou a se tornar conservadora e o movimento pentecostal se desenvolveu na América Latina, as organizações feministas começaram a formar uma extensa rede para defender os direitos das mulheres em controlar sua capacidade reprodutiva e sua sexualidade. O controle do corpo feminino continua sendo uma pauta bastante atual e é por isso que essa distopia se aproxima tanto da nossa realidade. O mundo está se encaminhando, novamente, para o conservadorismo exacerbado e influenciado pela política de forma contundente. Nos EUA, por exemplo, o governo de Donald Trump representava essa situação, um retrocesso para grupos minoritários, incluindo mulheres.

Em nações ainda dominadas pelas tradições patriarcais do sexismo misógino e dominador, e seus consequentes preconceitos às diversidades humanas, os casos de violências e os assassinatos contra as mulheres e minorias crescem cada dia mais. As estatísticas mostram que nessas nações a violência aumenta de forma assustadora. O Brasil é hoje o 5º país que mais mata as mulheres (femicídios) e o que mais registra casos de estupros contra elas. Essas e outras problemáticas comprovam a importância do papel da literatura como forma de conscientização para esse problema tão pertinente na sociedade atual. A partir desse sistema baseado em controle, violência e submissão, *O conto da aia* cultiva a importância da resistência. Offred resiste ao não esquecer de quem foi no passado e, são nas lembranças de quem foi um dia, que a protagonista encontra a força necessária para continuar existindo.

A literatura distópica, ao portar características do ponto de vista de que o sistema utópico falha, faz as mais diversas justificativas para abusos e em nome de uma ordem social segura. Com isso, a sátira utópica faz uso de narrativas sombrias do futuro em que a devoção a um sistema racional nos tornam apáticos a um estado dominante que não permite diferenças naturais. As obras distópicas retiram a inocência das utopias modernas ao usar a tecnologia em benefício de uma centralização da ordem social em vez de um grupo suspeito de bem-estar. Os elos de formação distópica presentes nas obras são pontos de partida para uma compreensão do que podemos chamar de sátira utópica. Dentre os principais elementos da utopia está o isolamento no tempo e no que se impõe como condição de proteção contra a corrupção um mundo fechado, homogêneo, com leis específicas que também não refletem o mundo real, as sociedades anteriores tinham apenas um passado nebuloso e um futuro. A nova sociedade está em um ponto onde o presente não permite o desenvolvimento natural, seu progresso não é o resultado de uma evolução dela é sempre o resultado da intervenção salvadora de vidas postas em prática.

ESCREVIVÊNCIA

“A Escrivivência surge de uma prática literária cuja autoria é negra, feminina e pobre. Em que o agente, o sujeito da ação, assume o seu fazer, o seu pensamento, a sua reflexão, não somente como um exercício isolado, mas atravessado por grupos, por uma coletividade”.
(Conceição Evaristo)

A apropriação e aplicação do conceito de escrevivência, especialmente entre as nossas crianças, adolescentes e jovens, contribui para a valorização e disseminação do poder da palavra escrita como ferramenta social inserida, registrando memórias emocionais, cotidiano, sentimentos e opiniões. É responsabilidade das redes de ensino, dos familiares e da sociedade como um todo despertar o desejo e a paixão pela leitura e escrita desde cedo, não importa onde você esteja e qual seja sua condição socioeconômica. Conceição Evaristo escreve usando como base aspectos e experiências que foram importantes e que marcaram as lembranças de seus antepassados através da “escrevivência”, conceito criado pela autora que se baseia na escrita a partir da vivência coletiva e não apenas em experiências pessoais. A Escrivivência propõe a articulação entre o fazer literário e a visão de mundo de quem escreve. Diante do contexto de encolhimento de alguns direitos básicos como educação e saúde, a Escrivivência desponta como um recurso poderoso, capaz de ampliar a voz dos mais variados grupos sociais por meio de expressões literárias e, por isso, mais reconhecidas pela sociedade do conhecimento. Essa prática surge entre nós como um ato literário, de formação prática e que promove e assegura a leitura e, principalmente, a escrita como um direito essencial. Afinal, todos nós temos algo para compartilhar, assim como para contribuir, narrar, registrar, indagar, proferir e superar. A literatura atinge sua maturidade e seu pleno papel social, quando tira o leitor de sua zona de conforto, perturbando, questionando, incitando o raciocínio, obrigando-o a pensar de outra forma. literatura e arte podem sustentar. São nas lembranças de quem foi um dia, que a protagonista encontra a força necessária para continuar existindo, assim como Ponciá Vicêncio, protagonista na obra da escritora brasileira Conceição Evaristo.

Através de suas memórias, a personagem principal da obra embarca em uma jornada em busca de readquirir sua identidade como indivíduo mas também como símbolo de uma história marcada pelo sofrimento da população afrodescendente no Brasil. A narrativa se desenvolve a partir da memória individual da protagonista, e da memória coletiva, baseada em acontecimentos reais vividos pelos ancestrais de Ponciá, que, apesar de ser um personagem fictício possui relação com as vivências da própria Conceição na medida em que ela também sofreu preconceito de classe, gênero e principalmente, raça. Os eventos expostos na obra estão presentes na vida da população afrodescendente em dois grandes momentos de crescimento industrial no Brasil do séc. XX, que provocou intenso êxodo rural: a industrialização durante o Estado Novo, sob o governo de Getúlio Vargas, de 1940 a 1964, e o "milagre econômico" da ditadura militar entre os anos de 1964 e 1968.

Vivemos um quadro social em que a maioria da população de baixa renda é constituída por pessoas negras e/ou pobres. As estatísticas mostram que há grande distanciamento entre a população branca e a população negra e que as políticas públicas implementadas não são eficazes diante das desigualdades raciais existentes. A desigualdade social, logo racial, vem se mantendo de geração a geração. Segundo dados educacionais organizados pelo movimento Todos pela Educação, os negros, soma daqueles que se declaram pretos e pardos, pelos

critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são maioria da população brasileira, 52,9%. Essa população, no entanto, ganha menos da média do país, que é R \$1.012,25, segundo dados do IBGE de 2014. Entre os negros, a média de renda familiar *per capita* é 753,69 entre os pretos e R\$ 729,50, entre os pardos. Os brancos têm renda média de R \$1.334,30. Os dados seguem apontando a desigualdade, o desemprego é maior entre os pretos (7,5%) e pardos (6,8%) que entre os brancos (5,1%). A taxa de desemprego entre mulheres negras é de 17%, maior do que entre as mulheres brancas (11%) e o dobro da verificada entre homens brancos (8%). Os dados são de levantamento feito com base na média dos últimos quatro trimestres da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A situação da mulher negra no mercado de trabalho é outro ponto abordado pela autora, já que parte desse cenário perpetua o ciclo de pobreza e violência nos quais Ponciá está inserida. As mulheres, principalmente as negras e os mais pobres, têm menos oportunidades de politizar suas necessidades e interesses - elas o fazem, mas, o caminho que precisam percorrer é mais longo e difícil em relação a outras que dispõem de recursos para fazer valer os seus interesses perante o Estado e no debate público. A divisão sexual do trabalho é um fator importante nessa exclusão da representatividade política, comprometendo a autonomia individual e coletiva das mulheres. Embora não afete da mesma forma ou do mesmo grau na vida de todas as mulheres, estabelece assimetrias no acesso ao tempo, à renda e às redes de contato, bem como na forma de julgamentos e pressões sociais. A produção de gênero nas relações de trabalho se dá na intersecção de pelo menos três fatores: gênero, classe e raça. É necessário incorporar uma dimensão estrutural fundamental das relações de gênero - a divisão sexual do trabalho - na análise crítica dos limites da democracia.

A obra de Conceição Evaristo retrata uma triste realidade, na qual Ponciá sofre violências físicas de seu companheiro. Segundo as estatísticas, 76,4% das mulheres que sofreram violência declararam que o agressor era alguém conhecido, como é o caso de Ponciá. As mulheres negras são as que mais sofrem violência doméstica no Brasil, as que mais denunciam agressões e as maiores vítimas de homicídio e feminicídio. As vítimas dessas agressões têm duas coisas em comum: gênero e raça. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 1.206 mulheres foram vítimas de feminicídio em 2018 e 61% delas eram negras. Em 2020, mais de 105 mil denúncias de violência contra a mulher foram registradas nas plataformas do Ligue 180 e do Disque 100 e em 2019, 1,6 milhão de mulheres foram espancadas ou sofreram tentativa de estrangulamento no Brasil, enquanto 22 milhões (37,1%) de brasileiras passaram por algum tipo de assédio. Entre os casos de violência, 42% ocorreram no ambiente doméstico. Após sofrer uma violência, mais da metade das mulheres (52%) não procurou ajuda. Do total de registros, 72% (75,7 mil denúncias) são referentes à violência doméstica e familiar contra a mulher. De acordo com a Lei Maria da Penha, esse tipo de violência é caracterizado pela ação ou omissão que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico da mulher. A história de Ponciá representa essa situação de omissão já que a mesma não recorre a ajuda e entra em um estado de introspecção, silêncio e afastamento de si mesma. Além de Ponciá, os outros personagens presentes na obra e que constituem as memórias da protagonista, não são inteiramente bons ou ruins. Cada um carrega suas próprias histórias, são também independentes, pois buscam encontrar seus caminhos, vivendo dramas e apresentando situações que formam uma identidade coletiva da população afro-brasileira e do que ela representa.

É de extrema importância expandir os estudos literários a representações fora do que chamamos de cânone, pois elas vêm de espaços historicamente silenciosos e são marcadas pelos resquícios do colonialismo e da escravidão que ainda existem na contemporaneidade. Essa abertura está acontecendo gradualmente, pois as demandas por direitos de escrita conquistaram espaço muito tarde. O conceito de globalização anti-hegemônica foi importante como sinal de resistência em um momento em que Antonio Candido, ao escrever *O Direito à Literatura* em 1988, já o via como um renascimento de valores reacionários que haviam sido parcialmente abolidos. No texto, Candido destaca o valor do texto literário erudito como direito de todos os homens, pois é um "bem incompreensível", ou seja, essencial à vida, o autor estabeleceu uma importante relação entre literatura e direitos humanos, colocando a literatura como um papel importante na humanização. Entre as classes privilegiadas da sociedade, há uma tendência a acreditar que os indivíduos historicamente atribuídos a posições subordinadas devem gozar apenas dos direitos iguais necessários à sobrevivência. Ao colocar a literatura nesse nível, Candido a estabelece retoricamente como uma necessidade humana básica. Para tanto, o autor propõe a relação entre literatura e direitos humanos a partir de duas perspectivas distintas: a primeira é a organização psicológica que ela proporciona, pois, ao "formar o sentido e a visão do mundo, ela nos humaniza, organizando-nos, libertando-nos do caos"; o segundo, por seus aspectos sociais de revelação e condenação, porque "focando na restrição ou privação de direitos", como por exemplo sofrimento, escravidão, dano mental". Ao estabelecer "a importância do pobre como sujeito" romance, que serviria de meio para "expor e condenar a pobreza" na "onda de divulgação social" Antonio Candido o autor cria uma zona de abismo entre o que ele chama de "cultura popular" e "cultura erudita", Candido ainda não consegue expor o efeito humanizador da escrita, pois sobrepõe o saber. Então, a obra poética popular se tornará antecipadamente o "outro" da civilização. Além de personagem, o "pobre" pode ser escritor e apresentar as perspectivas de quem vive de fato nas circunstâncias narradas, bem como seus desejos e aspirações, com Carolina Maria de Jesus, em *Quarto de Despejo*, após relatar um dia extremamente exaustivo como catadora de papéis:

Fui catar papel, mas estava indisposta. Vim embora porque o frio era demais. Quando cheguei em casa era 22,30. Liguei o rádio. Tomei banho. Esquentei comida. Li um pouco. Não sei dormir sem ler. Gosto de manusear um livro. O livro é a melhor invenção do homem (Jesus, 1993, p. 22)

O conto "A Escrava" de Maria Firmina dos Reis, uma das principais escritoras da literatura brasileira e afro-brasileira, também possui o caráter de apresentar através da obra, a perspectiva da autora sobre determinada época, nesse caso o movimento abolicionista brasileiro, onde aborda a discriminação racial em nosso país, ainda na época da escravidão, narrando episódios no contexto da escravidão, na perspectiva do escravizado por meio da escrivência, além de importantes questões raciais e de classe com o objetivo de expor as desigualdades sofridas pela população afro-brasileira. A coragem da escritora em desenvolver um tema dessa categoria, num contexto sócio-político complexo, qualifica ainda mais a leitura de sua obra. O conto discute a questão da identidade da escrava, centrada no legado de seus antepassados, e estabelece um diálogo entre o passado e o presente, entre a lembrança e a vivência, entre o real e o imaginado, retomando o

processo de escravização. A desigualdade social, logo racial, vem se mantendo de geração a geração e o conto instiga-nos a refletir sobre o processo de escravização da população afro-brasileira, levando-nos a olhar para a outra face, silenciada e ocultada da história do Brasil. A protagonista representa o discurso do sujeito colonizado, ou seja, o discurso dos oprimidos, dos capturados e trazidos contra a própria vontade, do continente africano onde passaram a ser escravizados.

Conceição Evaristo assume uma postura posição-sujeito, condenando as condições vividas pela população afro-brasileira dando voz a diferentes movimentos ao enunciar seus versos no presente, a poeta recupera uma memória social. Recuperando a memória da escravidão da população negra no Brasil, há, em sua obra, referência direta ao trabalho da população negra escravizada e responsável pela construção do nosso país, como nas minas e na agricultura, sobretudo em Minas Gerais, terra natal da autora. A memória atua como resistência nas obras de Evaristo. Nesse sentido, pode-se deduzir que a autora assume o papel de guardiã da memória, e seus acontecimentos permitem evitar repetições do passado.

Por meio dessa voz, são resgatas as memórias da população afro descendente recém-liberta que foi rejeitada pelos centros urbanos e condenada à exclusão, pobreza e marginalização. Temos a própria voz do poeta ainda ecoando essa memória, mas agora ela pode condená-la - não precisa mais ecoar nas cozinhas, favelas, cabanas de outras pessoas. No entanto, essa voz ainda expressa dor e sofrimento, pois ainda está muito próxima das vozes anteriores. A diferença é que agora estamos diante de um encontro entre memória e presente que produz a primeira ruptura e, portanto, o eixo vertical da memória e sua formação discursiva anterior – diáspora, escravidão e “libertação”. Pelas vozes dessas mulheres negras, suas vozes de mulheres negras, podemos ver que Evaristo, como dizemos, sua escrita se posiciona como um acontecimento discursivo que perturba a estabilidade da memória da população negra brasileira. A própria Evaristo, ao falar de sua escrita, argumenta que entre o acontecimento e a narração do fato, há um espaço em profundidade, onde ocorre a invenção.

Em seus relatos, Conceição Evaristo retrata-se como parte de uma "escola" de escritoras negra, ela fala sobre a obra de Carolina Maria de Jesus em vários depoimentos, "o gueto que criou a tradição literária" não só para ela, mas também para sua mãe, que "seguiu o caminho da escrita". Segundo a autora, sua família lia a obra de Carolina "não como leitores comuns, mas como personagens das páginas de Carolina. A história de Carolina é a nossa história" (Evaristo, 2010) Além de mencionar a experiência de Carolina de Jesus como mulher negra morando no gueto e escrevendo literatura, Conceição Evaristo também destaca o sentido por trás da obra.

"Quando mulheres comuns como Carolina, como minha mãe, como eu, estão dispostas a escrever, acho que estamos saindo dos lugares que normalmente são reservados para nós. Mulher negra, ela pode cantar, ela pode dançar, ela pode cozinhar, ela pode se prostituir, mas escrever, não, escrever é um movimento que as elites acham que só elas têm direito, "escrever e ser reconhecido como escritor ou escritora é prerrogativa da elite (Evaristo, 2010)". A escritora bell hooks defende que para que as mulheres negras lutem por sua libertação, elas devem ocupar esse espaço proibido ao trabalho intelectual. É nesse sentido que Conceição aponta para a importância de mulheres como ela, sua mãe e Carolina de Jesus ocuparem esse espaço. As percepções da existência cultural negra transcendem as barreiras nacionais e abrangem toda a dimensão da diáspora - América do Norte, ex-colônias

africanas e etc – relacionados a uma das principais características do movimento negro contemporâneo: a criação de uma identidade negra positiva politicamente significativa para combater o racismo dominante.

Os exercícios de memória formam nossas vivências e contribuem para nossa memória individual e coletiva. Fazer esses exercícios de recuperação nos ajuda a entender a nós mesmos e os diferentes ambientes em que nos encontramos. Nessa perspectiva, refletir sobre a materialidade da linguagem como estrutura da memória é pensá-la como instável e, portanto, capaz de remodelar-se a cada acontecimento. A obra de Evaristo destaca sua situação de mulher negra nascida em uma favela. A partir das dificuldades que a escritora e sua família enfrentaram, Evaristo examina a situação da população negra na sociedade brasileira, caracterizada pela escravidão, exclusão, preconceito e exploração por meio da subordinação e do trabalho mal remunerado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A função social da literatura, estimula no leitor uma maior percepção do mundo ao seu redor, fazer com que esse leitor perceba a diversidade do mundo, ou seja, significa dizer que o leitor e a leitura atuam no processo de construção de uma sociedade, desenvolvendo uma ação que se dá em um espaço muito amplo, pois o texto lhe dá inúmeros significados e dele absorve inúmeros significados, o que vai ao encontro do imaginário individual e coletivo do indivíduo.

Portanto, o objetivo da ficção literária não é revelar a existência real de personagens e fatos narrativos, mas possibilitar a leitura de questões relevantes dentro de um determinado período de tempo. Os textos literários revelam e sugerem verdades manifestadas ou simbólicas por meio de fatos ficcionais. A literatura pode ser pensada como uma “fonte privilegiada”, uma fonte capaz de acrescentar “algo mais” à compreensão de uma determinada época ao se utilizar formas de representação da identidade social na literatura.

Partindo da relação entre contextos literários e simbólicos, as obras ficcionais dão origem a uma diversidade global de poéticas e teorias literárias, em diferentes níveis, determinando a prática e a recepção literária de seu tempo. A literatura nos oferece ferramentas para a crítica, levando o leitor aos limites da significação e do sentido das práticas simbólicas de seu tempo. A literatura é um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATWOOD, Margaret. O Conto da Aia. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

BARTHES, Roland. Aula. São Paulo: Ed. Cultrix, 1996.

BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. Prefácio. In.: BIANCHETTI, Lucídio; THIESEN, Juarez da Silva. Utopias e distopias na Modernidade: educadores em diálogo com T. Morus, F. Bacon, J. Bentham, A Huxley e G. Orwell. Ijuí: Editora Unijuí, 2014.

CANDIDO, Antonio. Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária. 8.ed. São Paulo: Queroz, 2000.

CANDIDO, Antonio. O direito à Literatura. In: _____. Vários escritos. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Tradução de Leandro Konder. In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas, Volume 3. São Paulo: Alfa-Omega, s/d, p. 7-143.

EVARISTO, Conceição. Ponciá Vicêncio. Rio de Janeiro: Pallas, 2014 [2003].

HUXLEY, Aldous. *Admirável Mundo Novo*. 2ª edição. Globo, 2008.

ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional in Teoria da literatura em suas fontes, vol.II. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002, pp. 955-987.

ISER, Wolfgang. O ato da leitura: uma teoria do efeito estético. Tradução de Johannes Kretschmer. São Paulo: Ed.34, 1999. 2 v.

JESUS, Carolina. Quarto de despejo. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

NITRINI, Sandra. Literatura Comparada. Edusp, 2015.

REIS, Maria Firmina dos. Úrsula. Edição fac -similar. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1975.

REIS, Carlos. O day after de uma crise: novos horizontes da leitura. In: AA. VV. Novos Horizontes das Humanidades. Braga: Faculdade de Filosofia, 2007.

PLATÃO. República. 2. ed. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: Edufpa, 1988.

YUNES, Eliana; PONDÉ, Glória. Leitura e leituras da literatura infantil. São Paulo: FTD, 1988.